

# A MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA DITATORIAL EM CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI

Cristina Napp dos Santos (UFPel)<sup>1</sup>  
Alfeu Sparemberger (UFPel)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo examina o tópico do esquecimento da violência empregada pela ditadura civil-militar brasileira presente nos textos de *Você vai voltar pra mim* e outros contos (2014), de Bernardo Kucinski. Utiliza, para tanto, os ensaios de Hugo Achugar (2006) que tratam da memória nacional. De acordo com o ensaísta uruguaio, em nome de uma coesão social interessada, a memória resultante do período ditatorial produz o silêncio de experiências traumáticas vividas por centenas de pessoas. A literatura, deste modo, figura como resistência e reescrita do passado autoritário que se pretende negar.

**Palavras-chave:** violência; ditadura civil-militar brasileira; memória nacional.

E tudo ficará na mesma? Os mesmos senhores de sempre continuarão tranquilos, comandando como se nada tivesse acontecido?  
(Luiz Roberto Salinas Fortes)

## Introdução

Em 1996, pouco mais de dez anos após o fim do período ditatorial brasileiro, Regina Dalcastagnè em sua dissertação intitulada *O espaço da dor* parece responder as questões levantadas por Salinas Fortes alguns anos antes em seu livro de memórias, *Retrato Calado* (1988), e reproduzidas no paratexto deste artigo.

<sup>1</sup> Mestranda em Letras na área de Literatura Comparada pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [cristinanapps@gmail.com](mailto:cristinanapps@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Letras-Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP - Universidade de São Paulo. Mestre em Letras pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Professor adjunto na UFPel - Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [alfeu.sparemberger@outlook.com](mailto:alfeu.sparemberger@outlook.com).

Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que lembra disso ele sorri. Sorri diante do nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem. Sorri por todos os sorrisos que roubou. Sim, eles permanecem aí e celebram nossa indiferença, nossa curta memória. Mas ainda é cedo demais para esquecer, e o sorriso deles é a prova disso. Enquanto vamos levando nossa vidinha de todos os dias, preocupados com o preço da gasolina e a violência das grandes cidades, eles andam pelas ruas. Que imensa ilusão pensarmos que estamos em segurança enquanto eles sorriem. Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 15).

Mesmo diante desse imperativo que suplica o *não esquecer*, o país ainda não conseguiu encarar esse passado. A medida que viria ao encontro de uma política de reparação, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>3</sup>, apesar de pequenos avanços, frustrou quem aguardava justiça, a revisão da Lei de Anistia e o esclarecimento do paradeiro de corpos desaparecidos e “concluiu seu relatório sem nada descobrir” (KUCINSKI, 2016a, p. 76). Não houve julgamento dos torturadores, os mesmos senhores de sempre continuam tranquilos, como se nada tivesse acontecido; a Lei da Anistia permanece vigente, corroborando com o esquecimento dos crimes do Estado; o caso da guerrilha do Araguaia segue sendo um ponto de interrogação. Bernardo Kucinski (2016b) acrescenta que a CNV pecou em não desenvolver uma narrativa diferente daquela que vinha sendo colocada, não transmitiu audiências públicas, tampouco divulgou amplamente seus relatórios. Dessa forma, a ditadura continua sendo vista apenas como um momento ordeiro, próspero e isento de corrupção.

Empenhado em contestar a narrativa dominante e trazer à lume as vozes das vítimas, o autor – que fora exilado durante o período, além de ter sua irmã torturada, morta e desaparecida – se vale de sua vivência e outros depoimentos para apontar e por vezes denunciar a truculência da nossa ditadura. Para compartilhar sua vivência opta pela ficção, e já em seu primeiro romance, *K. Relato de uma busca* (2011), o autor parte da experiência familiar para construir uma narrativa na qual um pai, o escritor de iídiche chamado K., busca incansavelmente pela filha desaparecida, uma jovem professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo. Já em seu segundo trabalho ficcional publicado, Kucinski não quer falar de si, mas, como revela na epígrafe, “seguir de perto o século, o rumor e a germinação do tempo.” Assim, trabalha em uma compilação de contos inspirados em relatos de uma sessão da CNV.

Em nota, o autor explicita aos contemporâneos do regime que se tratam de histórias que lembram episódios noticiados, mas que não passam de criações

<sup>3</sup> Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade se trata de uma comissão temporária que atuou entre 2012 e 2014 com o objetivo de promover a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história do país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.

literárias. Por outro lado, aos leitores mais jovens o autor aponta que esse conjunto de contos permite “sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar.” Com isso, Kucinski acaba indicando um dos papéis que a literatura pode exercer: a de preencher as lacunas deixadas pela História, que, ao enfatizar questões políticas e militares, negligencia a subjetividade e silencia múltiplos atores sociais.

Como exemplar desses lapsos estão os efeitos da violência na vítima direta e nos familiares desse indivíduo e, ainda, a forma de reação e de elaboração da experiência de prisão e de tortura. Assim, este trabalho propõe uma leitura de dois contos da antologia que abordam esses aspectos (“Sobre a natureza do homem” e “Você vai voltar pra mim”) a fim de refletir sobre as consequências da bestialidade do sistema repressivo. Bem como, refletir acerca da importância desses relatos para revisão da história e construção de uma memória nacional, se valendo, principalmente, das ideias do poeta, ensaísta e pesquisador uruguaio Hugo Achugar (2006) sobre a construção da memória nacional

#### **A ditadura civil-militar<sup>4</sup> e o Alzheimer nacional**

Embora John R. Gillis (1995) sustente que a memória é um termo que vem perdendo seu significado preciso, ela ainda pode ser sumariamente entendida como um conjunto de reminiscências do passado, que emerge no pensamento de cada indivíduo em um dado momento presente. Além disso, embora pareça inerte, a memória se caracteriza como dinâmica, podendo ser reconstruída ou simulada, além de estar associada às três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remeter ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro.

Mas a memória que ora nos interessa é a chamada memória nacional, descrita por Halbwachs (1990) como a responsável por reforçar a coesão social de um grupo, sendo a forma mais completa de uma memória coletiva, isto é, a memória em comum, de um passado compartilhado. John R. Gillis, ao refletir sobre memória e identidade, destaca que

A memória nacional é compartilhada por pessoas que, mesmo que nunca tenham se visto ou ouvido falar umas das outras, consideram-se que têm uma história em comum. Essas pessoas estão unidas tanto pelo esquecimento como pela lembrança, pois a memória moderna nasceu no momento em que americanos e europeus lançaram um esforço massivo para rejeitar o passado e construir um futuro radicalmente novo (GILLIS, 1994, p. 7 apud ACHUGAR, 2006, p. 201).

Com base nessa afirmação, Achugar (2006) recorda que a ideia de um relato único e de uma rejeição do passado já aparecia em outras teses, mas chama a atenção

<sup>4</sup> O uso do termo “ditadura civil-militar” parte de uma corrente do campo da História que em 2012 passou a considerar, na nomeação do período, a participação dos civis na estrutura e na manutenção do Estado ditatorial. Cf. REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. In: *Jornal O Globo*, publicado em 31/03/2012. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em: fev. 2018.



para a fala de Gillis no que diz respeito ao nascimento da memória moderna. Para ele, o esforço por rejeitar o passado é chamado de “esforço fundacional”, esforço constituído posteriormente ao tempo histórico, quando as gerações seguintes passam a construir o passado, localizando “um momento que, talvez não tivesse o significado que o presente lhe atribui, inventando desse modo, o começo da memória” (ACHUGAR, 2006, p. 202).

A partir disso, o autor questiona sobre qual memória é aquela que corresponde à memória nacional, ou seja, “da memória oficial, da memória pública ou da memória popular?” (2006, p. 202), sustentando que ela seria o resultado da disputa pelo poder e hegemonia entre a memória popular e a memória oficial. A segunda, por diferentes razões, tende a exercer maior influência do que a primeira, sendo mais facilmente consolidada.

Uma dessas razões apontada pelo crítico está atrelada ao sujeito da enunciação do discurso predominante que, vinculado a um determinado grupo, acaba deixando de contemplar a pluralidade de sujeitos que compõem uma nação.

[...] quem enuncia o discurso nacional e/ou nacionalista? Pode-se identificar discurso nacional com nacionalista? Que tipo de memória supõe o ou os esforços fundacionais dos Estados-nação, durante o século XIX, na América Latina? Quem são os sujeitos do discurso nacional: o povo, os letrados, os caudilhos cívicos, os militares, os artistas? [...] O sujeito enunciador do discurso fundante do Estado-nação, na América Latina, durante o século XIX - independentemente de sua individualização - teve um projeto patriarcal e elitista, que excluiu não só a mulher, mas índios, negros, escravos, analfabetos e, em muitos casos, quem não tinha propriedades (ACHUGAR, 2006, p. 203).

Portanto, esse discurso, distante de uma natureza democrática, acaba por excluir as chamadas minorias. Mais do que isso, segundo Achugar (2006), contribui para a construção de um perfil de sujeito da nação que se identifica com a ideologia desse discurso e que, por sua vez, reproduz esses discursos, alimenta o imaginário social que, a seu tempo e a sua vez, termina “por ser objeto de lembrança e se objetivaria na memória nacional oficial” (ACHUGAR, 2006, p. 204), o que responde ao questionamento inicial sobre quem a memória nacional idealiza e representa.

Mesmo que o ensaísta uruguaio tenha feito tais reflexões a fim de pensar discursos acerca da origem de uma nação, essas discussões podem ser empregadas com o propósito de repensar a memória nacional referente à ditadura civil-militar. Colling (1997), por exemplo, indica o apagamento de muitos sujeitos na construção da memória do período ditatorial, sobretudo das mulheres, sustentando que “A história da repressão do período militar brasileiro é a história dos homens. As relações de gênero estão aí excluídas (p.7)”. Isso porque, apesar de paulatinamente a história oral vir garantindo mais espaço para as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), a memória oficial continua atendendo aos interesses dos enunciadores descritos por Achugar. Como muitos desses enunciadores atuaram em algum grau durante o governo militar e seguem ocupando cargos de poder, continuam operando pela manutenção da memória oficial, uma vez que “esquecimento - consensual ou

não - e memória - escolhida ou não - supõem o tema do poder. A memória exerce-se e avalia-se, sempre, a partir de um posicionamento em relação ao poder e à autoridade" (ACHUGAR, 2006, p. 206).

Fazendo uso dessa autoridade, o processo de esquecimento dos delitos cometidos pelos detentores do poder iniciou tão logo teve início a transição da ditadura para a democracia. Bauer (2014) explica que nesse momento forjou-se uma "ideologia da reconciliação". A pesquisadora explica que essa expressão advém do historiador Richard Vinyes, que apresentou o termo para fazer menção "às ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias, como a ditadura civil-militar brasileira" (2014, p. 124). Essa ideologia é fundamentada em um argumento que igualava a violência dos torturadores às práticas das organizações de esquerda armada, "que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio" (BAUER, 2014, p. 124).

A preocupação em recalcar esse passado pode ser observada na manifestação do primeiro presidente a assumir o governo após o término da ditadura. O então senador e vice candidato à presidência, José Sarney, no *Correio Braziliense*, já defendia um ideal de união, de uma transição sem traumas ou retaliações:

O que o País deseja é a paz, na qual possa reencontrar a convivência política, sem essa separação entre o bem e o mal, esse maniqueísmo entre os que estão destinados a serem os salvadores da pátria e os que nasceram para destruí-la. Esse primarismo não pode continuar. Nem a casa pode prosseguir dividida porque, como ensina a Velha Escritura, 'todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsiste.' A força irresistível da candidatura Tancredo é o fascínio da união, da conciliação, da transição sem traumas, de um reencontro sem retaliações nem rupturas, de mudanças (SARNEY, 1984, s./p.)

Seja em razão de se tratar de um passado recente; ou em função da lei da anistia, que perdoou sem julgamentos tanto presos e exilados políticos quanto militares envolvidos na violação dos direitos humanos; ou ainda porque a transição de um governo militar para um governo de cunho civil tenha se dado gradualmente, o fato é que o Brasil deixa muito a desejar em se tratando da elaboração do período ditatorial. Embora uma Comissão da Verdade tenha sido criada e suscitado a discussão do tema e, que talvez por isso, propiciado o lançamento de muitos livros de caráter ficcional a respeito da ditadura e suas consequências para os envolvidos direta ou indiretamente, ainda há muita resistência quanto à revisão da história oficial.

Essa resistência ficou bastante evidenciada quando, no momento em que o projeto da criação da CNV ainda estava sendo discutido, alguns políticos refutaram a medida de caráter reparatório. Exemplo disso foi o deputado Alberto Lupion, que classificou como "vingança" a criação de um organismo responsável por examinar e averiguar a violação dos direitos humanos:

Acho que hoje nós estamos mexendo em feridas desnecessariamente. Acho que nós, como guardiães da Constituição, teríamos que respeitá-la e partimos para um novo momento no país e não saímos atrás de vingança, de vendeta, colocando pessoas amargas, que querem vingança, mandadas pelo Executivo, para fazer uma perseguição desnecessária. Nós vamos nos arrepender disso no futuro, porque, em nenhum país em que se partiu para a vingança, para a vendeta, isso deu certo (BRASIL. Câmara dos Deputados, p. 94).

A noção de que este passado está superado e que voltar a olhar para ele seria uma forma de vingança que traria prejuízos para a nação é corroborado por outros deputados. Nelson Markezelli, por exemplo, além de defender esse posicionamento reforça a ideia de que a ditadura brasileira foi comedida e que afetou um pequeno número de pessoas:

A anistia foi feita, já é uma ferida cicatrizada, já está na nossa Constituição, é uma cláusula pétreia. [...]. Eu acho que o País está caminhando bem. Não é necessário rever uma anistia de mais de 30 anos, que ambas as partes assinaram. Vamos ter juízo. Vamos caminhar para a frente. Chega de olhar no retrovisor. Meia dúzia de pessoas no Brasil, recalçadas, querendo vingança, vai levar esta Casa e o País a um caminho sem fim. Vejam o que estou falando: a um caminho sem fim (BRASIL. Câmara dos Deputados, p. 101).

Nesse sentido, o discurso do controverso deputado Jair Bolsonaro também merece ser destacado por acrescentar mais um receio atrelado à abertura dos arquivos da ditadura.

É um projeto suspeito. [...] é um projeto que desborda a Lei de Anistia, permite a prisão disciplinar de militares. É um projeto que cria um trem da alegria, a partir do momento em que vão indenizar centenas e centenas de pessoas que comparecerem à Comissão e falarem que foram perseguidas. [...] é um projeto que define, que apenas tipifica o tipo de crime que nós militares teríamos cometido para responder. Já os crimes praticados pela esquerda ficarão completamente fora. Mais ainda: consubstancia, no final, um relatório que será imposto junto aos livros do MEC para se fazer uma nova História moderna brasileira, tendo os militares como bandidos nesse período de 1964 a 1986 [sic]. (BRASIL. Câmara dos Deputados, p. 65)

Mais do que o temor pela revisão da lei da anistia e a consequente punição tardia para os militares e alguns civis que de alguma forma apoiaram o regime e que seguem ocupando cargos de poder, a fala de Jair Bolsonaro sugere que os deputados temem pela revisão da história em si. Isso porque, a partir dessa revisão, nas instituições de ensino os militares passariam a ser tratados como “bandidos”, o que contestaria a versão das Forças Armadas.

O receio de como as novas concepções repercutiriam nas escolas e os efeitos dessa mudança não é por acaso, uma vez que a família e a escola são os principais núcleos formativos da sociedade (BRUNNER, apud ACHUGAR, 2006). Partindo dessa consideração, Achugar (2006) reflete sobre o fato de serem essas instituições as primeiras a sentirem os maiores efeitos nos momentos em que se inicia um processo de deslocamento da memória, sendo também cruciais para o processo de construção da memória coletiva de uma nação:

[...] esses lugares [família e escola] representam, no nível do público e do privado, os âmbitos onde se processa e se constrói a memória; seja esta, respectivamente, a memória pessoal, a institucional ou a estatal. A memória é um dos campos - se não, o campo, por excelência - em que se processam essas mudanças. Um campo de batalha onde o presente debate o passado como uma forma de construir o futuro. Daí que tanto os movimentos de restauração do passado como os de normalização do passado tenham peculiar atração para quem não deseja uma revisão desse passado (ACHUGAR, 2006, p. 201).

É nesse campo de batalha que as vítimas do regime demarcam seu espaço a fim de reivindicar que esse passado não seja esquecido. Mais do que evitar o olvidamento, esses sujeitos lutam para que a partir dessa memória se possa projetar um futuro pautado na democracia, no qual o Estado não seja responsável por hediondas violações aos direitos humanos.

Bernardo Kucinski não só retrata esse esquecimento, como também demonstra como aqueles que não se sentiram afetados pela ditadura conseguiram retomar suas rotinas com normalidade, tratando esse tempo como um passado plenamente superado.

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (KUCINSKI, 2014a, p. 12).

“Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou” (KUCINSKI, 2014a, p. 90) aponta o narrador em outro trecho do mesmo livro. Com isso, é evidente o desprezo para com as vítimas e seus familiares, sendo novamente expressado de forma direta, porém ainda bastante sensível. Indiferença essa que permeia a obra de Kucinski e é reflexo da política da amnésia nacional, que resultou no desconhecimento, por grande parcela da população, das práticas perversas cometidas durante a ditadura civil-militar.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que exprime a desmemória relacionada à história do Brasil, o autor compartilha um relato numa linguagem



bastante acessível, oferecendo à sociedade um material capaz de despertar o interesse em rever esses debates e modificar a atual memória nacional que relembra escassamente as atrocidades cometidas pelos detentores do poder (ACHUGAR, 2006).

O autor assinala que desde o final do século passado os países ocidentais enfrentam um desafio que perpassa a temática da memória e da construção de um relato democrático das histórias nacionais. Um desafio, segundo ele, que “mais que uma problemática historiográfica tratar-se-ia de um tema político; um tema no qual estão envolvidos, e sobre o qual devem e podem opinar, todos os cidadãos” (ACHUGAR, 2006, p. 151).

Dessa forma, as investigações levantadas pela CNV e, de certa forma, os debates fomentados por parte da produção literária dos anos 2000, seguem uma tendência presente no atual cenário mundial.

Os processos de mundialização e os de revisão do passado, que caracterizam o cenário do presente fim do século – faces diversas da Hidra com que o presente nos interroga – têm colocado a memória em um lugar privilegiado. Pierre Nora diz: “Falamos tanto da memória, porque resta muito pouco dela” (Nora, 1989, p. 7). De certo modo, poder-se-ia dizer que o fantasma de um Alzheimer coletivo percorre o mundo. Todos estão, ou estamos, angustiados, ou militantemente estimulados, a contar passados silenciados, postergados, ou, no melhor dos casos, todos estão, ou estamos, angustiados ou estimulados pela necessidade de revisar a memória, ou as memórias – individuais e coletivas – herdadas para poder dar conta daquilo que não desejamos que seja esquecido (ACHUGAR, 2006, p. 205 – 206).

Mesmo que continue prevalecendo o ocultamento do passado, que resulta, entre outras condutas, em sucessivas manifestações que pedem pela volta da ditadura; ou a criação de um bloco de carnaval denominado “Porão do DOPS”, que enaltece a tortura e a opressão; ou ainda homenagens exaltadas a coronéis reconhecidos como torturadores, na esteira desse processo de (re)lembrar, (re)viver e (re)contar, é inegável que, gradualmente, discursos silenciados na memória nacional estejam emergindo, sobretudo na ficção contemporânea. A partir dessa emersão, a literatura problematiza algumas ideias equivocadas sobre o período ditatorial, como o argumento que sustenta que esse capítulo da história foi brando, não gerando, dessa forma, traumas ou fissuras no corpo da memória nacional.

### **A violência da ditadura “escovada a contrapelo” em *Você vai voltar pra mim e outros contos***

Sendo a história tradicionalmente contada a partir do ponto de vista das classes dominantes, Walter Benjamin (2012), em seu amplamente debatido ensaio “Sobre o conceito da História”, defende que é tarefa do materialista histórico “escovar a história a contrapelo” (p. 245). Isto é, apresentar outras versões que mostrem o prisma dos vencidos.



Por mais que o autor tenha incumbido ao historiador essa tarefa, nem sempre é nos discursos historiográficos que a dor de um pai que teve sua filha desaparecida pelo Estado, por exemplo, encontra lugar. Assim, é na literatura e em outras manifestações artísticas que as vítimas e adeptos de suas causas encontram suporte para os seus relatos e criações. Nesse sentido a literatura acaba se tornando “o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2003, s.p.).

Sem apelação emotiva e com uma linguagem crua e direta, dentro dos limites impostos pelo gênero conto, é sobre esses indivíduos vencidos por um sistema repressivo que Kucinski apresenta vinte e oito histórias. Em seu conjunto, em função do ecletismo de personagens, essas narrativas criam um breve panorama sobre de que forma a violência do sistema acabou afetando diferentes esferas da sociedade. Como as mães que tiveram seus filhos presos (“A beata Vavá” e “A mãe rezadeira”); os familiares de desaparecidos (“O velório” e “Joana”); os filhos dos militantes (“Terapia de família”, “A entrevista” e “Cenas de um sequestro”); os trabalhadores perseguidos por serem considerados subversivos (“A negra Zuleika”, “A visita do inspetor-geral” e “A lista”); os servidores que por perseguição política perderam seus cargos (“O jogo de chá”); os que não eram atuantes nos movimentos, mas acabaram sendo torturados (“Sobre a natureza do homem” e “O garoto de Liverpool”); os ex-militantes torturados que agora lidavam com seus traumas (“A instalação”, “Tio André”); os membros delatores, ou delatados pelas suas próprias características físicas (“Dodora” e “Um homem muito alto”); a tensão dos presos políticos que aguardavam a definição de seu destino (“Você vai voltar pra mim” e “A troca”); a comoção do velório de um ex-dirigente comunista (“Kadish para um dirigente comunista”). Além disso, aborda as divergências entre pais e filhos (“Pais e filhos” e “Os gaúchos”), a culpa e as contradições da esquerda (“A suspeita”, “Recordações do Casarão”), as estratégias ilícitas para se levantar dinheiro (“O filósofo e o comissário” e “Dr. Carlão”) e os efeitos de outros regimes totalitários (“História de uma gagueira” a “A sandinista”).

Nessas narrativas, em função da limitação do gênero textual não temos tantas informações quanto em *K.* Nem por isso a impressão que os contos tendem a deixar no leitor causam menos arrebatamento emocional, uma vez que os enquadramentos escolhidos pelo autor revelam matéria suficiente para que se consiga pensar os desdobramentos da cena e captar as sutilezas do regime.

Destacam-se para este trabalho os contos “Sobre a natureza do homem” e “Você vai voltar pra mim”, já que ambos retratam a violência física e psicológica cometida contra as mulheres pelos militares e demonstram que essa violência não termina quando cessam as agressões.

Em “Sobre a natureza do homem” temos Maria Imaculata, universitária descrita como “delicada, miudinha, cabelos louros encaracolados, óculos de aros finos, fala suave, sempre alegre e disponível para meia hora de conversa” (KUCINSKI, 2014b, p. 44). Imaculata não era uma liderança na militância contra o Estado, “era uma simples simpatizante, ajudava em tarefas leves” (KUCINSKI, 2014b, p. 44). No entanto, por ter amigos envolvidos em grupos de ação armada, acabou sendo presa e severamente torturada.

A história é contada por Rui, um dos amigos da protagonista que anos depois da prisão tenta entrar em contato com ela a fim de alertar sobre o encerramento do prazo do pedido de indenização. Ao descobrir que o trauma da amiga resultou no seu emudecimento, o narrador busca o advogado de Imaculata para conversar sobre o processo indenizatório e entender as circunstâncias que a conduziram a tal estado.

Enquanto aguardava o encontro com o advogado, Rui rememora a amizade com Imaculata e suas conversas sobre cinema, literatura e filosofia, sendo que a última conversa havia sido sobre a natureza do homem. Quando se despediram desse último encontro antes da prisão, os dois foram perseguidos. Imaculata foi levada imediatamente pelos militares, enquanto Rui só foi preso seis meses depois. Deixados no mesmo confinamento, já não debatiam sobre os mesmos assuntos, pois Rui já via na colega os efeitos que as punições lhe causavam: o esvaziamento de sua existência.

Nas duas primeiras semanas, Maria Imaculata foi muito torturada. A equipe que a interrogava foi de uma selvageria sem limites. Depois a trancaram numa solitária. Então mudou a equipe e pegavam mais leve, vez ou outra. Mas a expectativa de ser torturada de novo e de novo fez mais estragos nela do que a tortura física. A Imaculata se apagou, ficou abúlica (KUCINSKI, 2014b, p. 47).

O motivo do apagamento da torturada é explicado no relatório *Brasil Nunca Mais* de 1985, um inventário da tortura no âmbito nacional, assinado pelo cardeal arcebispo de São Paulo, *Dom Paulo Evaristo Arns, que descreve que a tortura*

Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco (ARNS, 1987, p. 43).

Essa intensa degradação de Imaculata é o resultado e a manifestação do que mais tarde seria diagnosticado como esquizofrenia. Almeida (2013) descreve que é consensual que a esquizofrenia envolve apatia, embotamento afetivo, pobreza de discurso, e isolamento social, sintomas já percebidos por Rui nos primeiros dias de cárcere da amiga.

Com a chegada do advogado, o narrador descobre que as agressões não findaram com sua liberação, pois ao ser internada em um hospital psiquiátrico - em função de estado letárgico - a jovem sofreu seguidas violências sexuais e acabou engravidando. Somente após o nascimento do filho, Imaculata foi finalmente diagnosticada, afastada da criança e pode iniciar um tratamento. Na fala do advogado "hoje ela se medica com antipsicóticos, vive com os pais, embora sem nenhuma atividade, desligada do mundo." (KUCINSKI, 2014b, p. 48).

O desfecho da história de Imaculata revela que as sequelas deixadas na personagem não só causaram uma ruptura mental como também a incapacitou de retornar a uma vida digna. Além dos danos para a família, o produto dessa atrocidade estende-se ao seu filho que, diante do estado catatônico da mãe e da consciência do que a levou a esse estado, já manifesta como a ditadura o afeta: “O garoto está com quatro anos, é esperto, diz que a mãe ficou doente por causa de uns homens do mal que a maltrataram e que quando crescer vai comprar uma espada bem grande e matar todos eles” (KUCINSKI, 2014b, p. 48).

Segundo LaCapra, (2009) um acontecimento traumático tem seu maior efeito sobre a vítima, porém também afeta, de formas diferentes, outros indivíduos envolvidos no processo, inclusive as gerações posteriores. O autor acredita que principalmente para as vítimas, ao causar uma ruptura com a memória e interromper a continuidade com o passado, o trauma pode afetar questões relacionadas à identidade individual e coletiva. Achugar (2006) exemplifica que a ditadura uruguaia modificou o imaginário nacional vigente até 1973, uma vez que feriu a autoimagem do país, até então, visto como democrático.

Mais do que romper com a memória e a identidade da família, o fechamento do conto revela uma continuação da violência iniciada com a implantação de um clima de tensão e medo, seguido da tortura e seus desdobramentos e expressa, por fim, na fala do filho de Imaculata, que apesar de não ter sido submetido a práticas de tortura, idealiza uma punição aos algozes de sua mãe.

Já em “Você vai voltar pra mim”, um narrador em terceira pessoa descreve o dia, desde a preparação até o desfecho, em que uma presa no Dops terá uma audiência. Embora o título pareça enternecedor, a expectativa do leitor é quebrada já nas primeiras linhas, quando em discurso direto a frase é pronunciada por um torturador, adiantando que apesar da sessão com juiz, a detenta não tinha a quem recorrer: “- Veja bem o que você vai dizer, não esqueça que depois você volta para cá; você volta pra mim - ele repetiu” (KUCINSKI, 2014, p. 69).

Após essa enunciação e a descrição da reação da protagonista, o narrador comenta sobre os dias anteriores ao julgamento, a interrupção das torturas, o recebimento de comida, medicamentos e roupas além das negociações para que ela negasse qualquer acusação aos militares. Além disso, menciona o fato de ela ser a única sobrevivente em meio a tantos outros companheiros assassinados, o tom da narração indica que longe de ser um privilégio, o fato revela muito mais a solidão da personagem e a derrota dos grupos de resistência.

Logo no início da sessão, descrita como curta, a presa segue as indicações do advogado, negando quase todas as acusações e justificando uma delas. Ao ser interrompida pelo juiz que contesta uma de suas afirmações, a mulher se desespera e quebra o acordo, denunciando e descrevendo a forma e a quantidade de vezes em que fora torturada

No recesso do gabinete, ela disse tudo. Não conseguiu parar de falar. Mostrou os hematomas nos braços e nos tornozelos, falou das palmadas, dos choques nos seios e na vagina, da ameaça de estupro, da simulação de fuzilamento, dos afogamentos, dos onze dias na solitária (KUCINSKI, 2014, p. 70).

Ao ser enfática em seu pronunciamento, a prisioneira demonstra uma reação distinta se comparada à Imaculata. Enquanto a última manifestava uma profunda apatia, a primeira seguia lutando por liberdade, ainda que diante da dor e do sofrimento imposto suplicava pela morte, que lhe era negada pelos torturadores. Com isso, a personagem revela que o medo de ser novamente torturada e a expectativa por novas agressões a perturbavam mais do que a própria dor, fazendo-a preferir a morte a fim de acabar com o ciclo de violência.

Ainda em julgamento, de forma exaltada a presa revela as ameaças do torturador e se mostra determinada a cometer suicídio, caso volte para o mesmo local:

Disse que para lá não voltava, preferia morrer. Se a levarem de volta se mata, se atira pela primeira janela; se não tiver janela, se mata batendo a cabeça na parede; se não tiver parede, corta os pulsos; se não tiver com que cortar; morde com os dentes; se não der certo, faz greve de fome até morrer (KUCINSKI, 2014, p. 70).

Diante das declarações da ré e sem mencionar punição para os envolvidos no crime de tortura, o juiz determina que ela seja transferida para um presídio feminino. A promessa de uma mudança de ambiente tranquiliza a apenada, que é novamente conduzida ao camburão para ser encaminhada à nova detenção. Durante esse processo, ela identifica se tratar do mesmo veículo e do mesmo caminho: a sentença era falsa e ela acaba voltando para o mesmo presídio e, de fato, para o mesmo torturador.

Para além dessas feridas irremediáveis geradas no centro das famílias afetadas, um dos principais legados da ditadura, segundo o relatório da Comissão Municipal Vladimir Herzog, do município de São Paulo, foi deixada na polícia: “a cultura da violência e a aceitação natural da tortura como método de investigação, numa confusão ontológica entre polícia e segurança pública eficazes com o emprego irrefreado da violência e da tortura” (SALVADORI FILHO, 2013, p. 42).

Em artigo publicado na Revista da Câmara do município, exemplos de violência policial atribuídos a essa herança foram apontados, corroborando com o entendimento que a ditadura é um capítulo não encerrado na história brasileira.

O fim do regime militar não modificou a estrutura de policiamento, nem impediu que a Polícia Militar (PM) se envolvesse em uma série de chacinas que marcariam os anos da redemocratização, como os 111 mortos na Casa de Detenção, no Carandiru, em 1992, e os 21 mortos na comunidade de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 1993, além das dezenas de mortes atribuídas a grupos de extermínio como “Os Matadores do 18”, que atuavam na zona norte de São Paulo, e os “Highlanders”, na zona sul. (SALVADORI FILHO, 2013, p. 42)

Diante de um compilado de narrações inspiradas em histórias orais que delineiam a natureza do tempo de repressão e revelam como o homem é capaz de agredir, ferir e sentir prazer na brutalidade é intolerável que a população siga



negando o sangue derramado e sustentando que a violência foi amena. Para isso, é necessária uma reelaboração da nossa memória coletiva cuja mudança ocorrerá lenta e gradualmente, uma vez que, neste momento, apesar da visibilidade que o período vem conquistando, ainda esbarramos na fragilidade de nossa democracia e na impassibilidade daqueles que ditam a ordem do discurso.

### Considerações Finais

Os textos de Kucinski, ao mesclar História e Literatura conseguem retratar a atmosfera opressiva do período ditatorial, além de apresentar personagens que foram afetadas nos mais diferentes âmbitos. Em sua primeira obra, brevemente lembrada neste trabalho, Bernardo Kucinski proporciona uma ampla visão acerca da angústia causada pelo desaparecimento forçado de um familiar. Já no segundo livro aqui abordado, o jornalista e escritor opta por representar outros atores sociais afetados pela ditadura civil-militar. Os contos destacados põem à prova dois mitos bastante equivocados, mas ainda largamente difundidos acerca dos militares: que só prendiam “bandidos”, isto é, aqueles que se opunham ao regime político; e que a violência não era desmedida, ainda que houvesse excessos em casos isolados. A personagem Imaculata não participava da luta armada e ainda que não tivesse informações para fornecer aos torturadores sofreu graves agressões e teve sua vida radicalmente modificada. Assim como a personagem do segundo conto, que mesmo denunciando as atrocidades pelas quais vinha passando não tinha proteção mínima, sendo o Estado conivente com as práticas desumanizantes empregadas nas penitenciárias.

Em prol da “coesão social” sugerida por Halbwachs a construção da memória nacional da nossa ditadura foi responsável pelo silenciamento de centenas de famílias, gerando falsas convicções até hoje pronunciadas. Muitos fatores, alguns deles explicados por Achugar, foram determinantes para que esse período não fosse mais do que uma “passagem desbotada na memória”, deixando um legado de traumas e autoritarismo bastante marcantes na sociedade vigente.

Na contramão desse silenciamento, diante do imperativo de “lembrar para não esquecer”, as artes vêm cada vez mais apresentando obras que abordem as atrocidades decorrentes do regime. Se a História, em sua impessoalidade, não dá conta de incluir as experiências dos sujeitos em determinados períodos, frequentemente os invisibilizando, a produção artística implícita ou explicitamente acaba cumprindo essa função de apontar às suas existência e experiências desses sujeitos.

Nesse sentido, os relatos, a memória de mortos, desaparecidos, e sobreviventes que tiveram sua integridade atacada pelo Estado, se mostram como uma possibilidade de resistência. Mais do que isso, a emersão de diferentes enunciadores possibilitará uma reescritura desse passado ainda oculto.

## MEMORY OF DICTATORIAL VIOLENCE IN BERNARDO KUCINSKI'S SHORT STORIES

**Abstract:** This paper examines the forgetting of the violence employed by the Brazilian civil-military dictatorship, which is present in *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), by Bernardo Kucinski. It uses, for that, Hugo Achugar's essays (2006) that deal with national memory. According to the Uruguayan essayist, in the name of an interested social cohesion, the memory resulting from the dictatorial period produces the silence of traumas experienced by hundreds of people. Literature thus appears as resistance and rewriting of the authoritarian past intended to deny.

**Keywords:** Violence; Brazilian civil-military dictatorship; National memory.

## REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006..

ALMEIDA, Tiago Alexandre S. *Esquizofrenia e Qualidade de Vida: Estudo Comparativo entre participantes com e sem Terapia Ocupacional*. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAUER, Caroline S. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. 2011. 446f. Tese (Doutorado em História) - Porto Alegre-Barcelona, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, 2011.

\_\_\_\_\_. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da "argentinização" da transição política. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 18, núm. 1, enero-abril. Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil, 2014.

BENEVIDES, Maria V. M. [Orelha do livro]. In KUCINSKI, Bernardo. *K* - relato de uma busca. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas; v. 1).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia. Revisão e Redação. Sessão: 225.1.54.O. Data: 21 set. 2011. Disponível em:

<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/EN2109111830.pdf>  
Último acesso: 29 jan. 2018.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

GILLIS, John R. Memory and identity: the history of a relationship, In: \_\_\_\_\_ *Commemorations. The Politics of National Identity*, Princeton University Press, 1994. Disponível em: [http://ls-flss.ucl.ac.uk/course-materials/ARCLG064\\_50898.pdf](http://ls-flss.ucl.ac.uk/course-materials/ARCLG064_50898.pdf)  
Acesso em 31 jan 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffetr. São Paulo: Vértice, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. Fragmentos de uma História sem fim: quatro perguntas a Bernardo Kucinski. 15 Jan 2013. São Paulo: Blog do Instituto Moreira Sales. Entrevista concedida a Equipe do Instituto Moreira Sales. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/fragmentos-de-uma-historia-sem-fim-quatro-perguntas-a-bernardo-kucinski/> Acesso em 31 jan 2018.

\_\_\_\_\_. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a

\_\_\_\_\_. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.

LACAPRA, Dominick. Historia y memoria. A la sombra del Holocausto. In: \_\_\_\_\_ *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: PrometeoLibros, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

SARNEY, José. Síndrome Alfonsín. *Correio Braziliense*, Brasília, 09 nov 1994. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/437435> Acesso em 31 jan 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALVADORI FILHO, Fausto. Em busca da verdade: Comissão Municipal Vladimir Herzog investiga crimes e legados da ditadura militar. *Apartes*, São Paulo, Número 1 - jan - junho, 2013.

---

ARTIGO RECEBIDO EM 17/08/2018 E APROVADO EM 13/10/2018